

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE - FPS

Discente: Jennyfer Maria da Silva Fernandes Costa

Orientadora: Eliane Germano

Linha de pesquisa: LGBTQIA+

Discente: Jennyfer Maria da Silva Fernandes Costa

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4397782918607670>

Faculdade Pernambucana de Saúde-FPS

Recife, Pernambuco, Brasil.

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Pernambucana de Saúde-FPS

Email: jennyfersilvafernandes@gmail.com

Telefone: (81) 9 8813-4341

Orientadora: Eliane Germano

Função: Tutora da Faculdade Pernambucana de Saúde-FPS

Email: eliane@fps.edu.br

Telefone: (81) 9 8189-6112

**ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ RESIDENTE NO RECIFE A SERVIÇOS DE SAÚDE:
QUANDO A INFORMAÇÃO FAZ A DIFERENÇA.**

**ACCESS OF THE LGBTQIA + POPULATION RESIDENT IN RECIFE TO HEALTH SERVICES:
WHEN INFORMATION MAKES A DIFFERENCE.**

**ACCESO DE LA POBLACIÓN LGBTQIA + RESIDENTE EN RECETA A LOS SERVICIOS DE
SALUD: CUANDO LA INFORMACIÓN MARCA LA DIFERENCIA.**

RESUMO:

Objetivo: Descrever a rede de saúde à população LGBTQIA+ no Recife, através de informações disponíveis na internet. **Métodos:** Estudo descritivo de corte transversal através de dados coletados durante os meses de março e abril de 2021 de informações disponíveis na internet. Sendo as informações de domínio público não houve parecer do CEP. **RESULTADOS:** Recife possui 06 serviços disponíveis, com horário vespertino em todos. Um serviço atende à noite. A maioria dos serviços são de gestão pública. Os serviços ofertados pela Prefeitura e Estado são semelhantes ambulatorialmente com o de gestão federal assumindo a alta complexidade. **CONCLUSÃO:** Existe uma rede pequena para população LGBTQIA+ na cidade do Recife, sendo possível identificar localização, contato e oferta de serviços na internet. A divulgação é escassa, com poucas e divergentes informações. Estratégias de comunicação são necessárias para fornecer informações seguras facilitando o acesso e evitando deslocamento desnecessário.

Palavras-Chave: Diretrizes e princípios; Sistema único de saúde; LGBT.

Abstract:

Objective: Describe the health services to the LGBTQIA+ population in Recife, through information available on the Internet. **Methods:** Descriptive cross-sectional study using data collected during March and April 2021 of information available on the Internet. Despite public domain information, was not necessary CEP. **RESULTS:** Recife has 06 services available, with all of them working in the morning with only one answering at night. Most of the services has publicly management. The services offered by the City and State are similar on an outpatient basis with only the federal management assuming high complexity. **CONCLUSION:** There are few LGBTQIA+ services in the city of Recife, being possible to identify location, contact and offer services on the Internet. Dissemination is scarce, with few and divergent information. Communication strategies are necessary to provide secure information facilitating access avoiding unnecessary displacement.

Keywords: Guidelines and principles; Health Unic System; LGBT.

Resumen: **Objetivo:** Describir los servicios de salud a la población LGBTQIA+ en Recife, a través de información disponible en Internet. **Métodos:** Estudio transversal descriptivo utilizando los datos recopilados durante marzo y abril de 2021 de información disponible en Internet. Despite información de dominio público, no era necesario CEP. **RESULTADOS:** Recife tiene 06 servicios disponibles, todos ellos trabajando por la mañana con una sola respuesta por la noche. La mayoría de los servicios tienen gestión pública. Los servicios ofrecidos por la ciudad y el estado son similares de forma ambulatoria, con sólo la administración federal asumiendo alta complejidad.

CONCLUSIÓN: Hay pocos servicios LGBTQIA+ en la ciudad de Recife, siendo posible identificar la ubicación, el contacto y ofrecer servicios en Internet. La difusión es escasa, con poca y divergente información. Las estrategias de comunicación son necesarias para proporcionar información segura que facilite el acceso evitando desplazamientos innecesarios.

Palabras clave: Lineamientos y principios; Sistema único de Salud; LGBT.

Introdução

O ministério da saúde MS define sexualidade como um aspecto central na vida de cada indivíduo, envolvendo pilares religiosos, práticas sexuais, identidade de gênero, reprodução, afeto e amor¹. O tema ainda é um tabu, motivo pelo qual, é tratado de forma preconceituosa pela sociedade, sendo alvo de críticas e preconceitos por parte da população, que julga a diversidade de orientação sexual como “falta de fé” ou “falta de Deus”².

A sexualidade humana é composta por três elementos: sexo biológico, orientação sexual, e identidade de gênero³. Sexo biológico é caracterizado pelo sexo de nascimento que denomina o indivíduo como “macho” ou “fêmea”. A orientação sexual é caracterizada como atração afetiva pelo mesmo sexo/gênero, atração afetiva pelo sexo/gênero oposto e podendo sentir atração afetiva pelos dois sexos/gêneros. Algumas podem não sentir atração por nenhum sexo e serem denominadas “assexuadas”, da mesma forma que pessoas que nascem com a característica física dos dois sexos, são denominadas como “intersexo”. Já o termo “identidade de gênero”, faz referência ao gênero com o qual a pessoa se identifica, independente de seu sexo biológico⁴.

Ao longo dos anos surgiram várias tentativas de ampliação da sigla. A sigla mais atual é LGBTQIA+, onde a letra “L” representa as lésbicas (mulheres que se identificam com o mesmo gênero do seu corpo físico (cis) e sentem atração sexual por mulheres); a “G: gay” (homens que se identificam com o gênero do seu corpo físico (cis) e sentem atração sexual por homens); a “B: bissexual” (homens e mulheres cis ou trans que sentem atração sexual por ambos os gêneros); a “T: travestis, transexuais e transgêneros” sendo o transexual o indivíduo em que a identidade de gênero é diferente do seu sexo biológico. E o transexual além de não se identificar com seu sexo biológico, também passa pela resignação de sexo em busca de obter o sexo que se adequa; “Q: questionando ou queer” (pessoas que não se consideram parte dos padrões de gêneros impostos pela sociedade e, assim, não sentem a necessidade de definir o gênero e/ou a orientação sexual); a “I: intersexuais” (pessoas que não são identificadas como feminino ou masculino em seu sexo biológico); a “A: assexual” (pessoas que não sentem atração afetiva ou sexual por outras pessoas, independente do gênero) e por fim o símbolo de mais(+), que abrange ainda mais gêneros e orientações sexuais⁵.

As políticas públicas são programas e ações desenvolvidos pelo estado, para garantir os direitos e deveres que estão inseridos na constituição federal a favor da população⁶.

A Política Estadual de saúde Integral LGBT apresentada em 08 de Novembro de 2015 durante o X Congresso Nacional de Aids e III Congresso de Hepatites Virais aborda a necessidade de uma coordenação específica que defende os direitos da população e sua necessidade de defesa considerando que a taxa de violência, discriminação e mortalidade aumentava a cada dia no estado

de Pernambuco, levando o estado a ser o primeiro do Brasil a implantar a política voltada a defesa da população LGBT⁷.

O estado dispõe de algumas ferramentas jurídicas estaduais que garantem por lei os serviços prestados a essa população. O decreto nº 21.670 de 27 de Agosto 1999, institui o “programa nacional de direitos humanos e dá outras providências”, aborda os programas voltados para a população LGBTQIA+ onde, na seção 11-homossexualidade descreve a importância da elaboração de cartilhas, textos, boletins, uso de ferramentas tecnológicas e afins para educação relacionada a sexualidade humana⁸.

A política Nacional de Saúde Integral de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), implantada no ano de 2009, através da portaria de nº 2.836/2009, constituída pelo MS, tendo como objetivo promover e assegurar que essa população esteja acobertada dos seus direitos a saúde integral, livre de qualquer tipo de preconceito e discriminação. A política também é um documento norteador para as particularidades e necessidades específicas dessa população o que vem colaborando para que a população LGBTQIA+ venha ganhando seu espaço na sociedade e conquistando seus direitos de cidadão funcional⁹.

Sabemos que a população LGTBQIA+ leva consigo um forte estigma e preconceito relacionado à HIV/AIDS que em meados da década de 80 classificou essa população como centro e principal responsável de propagação da doença, levando a homossexualidade a ser chamada de “doença do século” e preconceitosamente titulado como “peste gay”¹⁰. Vitoriosamente, a homossexualidade não é mais denominada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1990, como também não constitui distúrbio, crime ou perversão¹¹.

Em 2014 foi criado o programa “Brasil sem homofobia”, que combate a discriminação e a violência aos integrantes da população LGBTQIA+, contabilizando mais um marco histórico em defesa de seus direitos e igualdade ao respeito. Após anos fora da lista de patologias da OMS, a homossexualidade ainda é vista como uma doença perante a sociedade¹². Apelidos ofensivos, casais impedidos de andarem de mãos dadas ou se beijarem nas ruas, pessoas tendo que esconder sua identidade de gênero para ter acesso a empregos e ensino em escolas e faculdade. Tendo que se encaixar dentro dos padrões de beleza impostos pela sociedade, em que “homem se veste como homem”, “menina brinca com menina”, “homem usa azul e mulher usa rosa”, dentre outros comentários preconceituosos e discriminadores¹³.

Outra situação constrangedora era a questão do nome social. No ano de 2016 foi publicado o decreto presidencial nº 8.727/2016 que dispõe do direito ao uso do NOME SOCIAL a população transexual e travesti. Acrescentado a lista como mais um marco histórico, o nome social é uma

combinação entre sua identidade sexual acompanhado de seu direito de escolha de um nome diferente do biológico, que deverá ser substituído e utilizado em seus documentos pessoais¹⁴.

A Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CISPLGBTT é uma organização que sai em defesa da população LGBT, tendo como princípio básico a equidade e como objetivo a garantia da prática dos direitos, o acolhimento e a segurança¹⁵.

Diante da escassez pela procura de serviços de saúde por parte da população LGBTQIA+, os profissionais não têm como rotina uma qualidade assistencial para oferecer aos pacientes diante de suas particularidades¹⁶. Em decorrência disto, existem ambulatórios especializados espalhados pelo Brasil que ofertam serviços de atendimento psicológico, levando apoio, acolhimento e moradia para indivíduos que se encontram em situações de abandono, perigo e falta de amparo devido a alta taxa de preconceito, que muitas vezes vem do seu próprio convívio domiciliar e familiar¹⁷.

Apesar de ainda existir um grande estigma relacionado a saúde LGBT, percebemos que o público começa a assumir a sua orientação sexual e vêm ganhando espaço na sociedade, no mercado de trabalho bem como buscando atendimento médico¹⁸. Dessa forma, é importante conhecer a rede de atenção existente e a disponibilidade destas informações para os usuários, para permitir o acesso a estes serviços pela população LGBTQIA+ ¹⁹.

2. MÉTODOS: Realizou-se um estudo descritivo de corte transversal. Este método foi escolhido para a pesquisa por descrever as características de um tema através de um levantamento de informações em um determinado período de tempo. ²³A limitação do estudo está em não poder analisar a opinião dos usuários a respeito do acesso a estas informações bem como informações existentes na unidade e não disponíveis na internet.

Os dados foram coletados entre março e abril de 2021 a partir de informações públicas disponíveis em sites oficiais do governo federal, estadual e municipal, bem como através do programa de busca na internet Google Acadêmico utilizando-se as palavras chaves – LGBTQIA+, LGBT, acolhimento LGBT, Preconceito com LGBT, Nome social, HIV e LGBT, ambulatório LGBT, conquistas LGBT. Estas pesquisas foram encerradas quando não mais apareceram novas informações, mesmo modificando as palavras chaves. Como estes dados foram retirados da internet e de informações de domínio público e que não envolvem participação de sujeitos de pesquisa, o projeto não passou pelo de Comitê de Ética em Pesquisa.

Após o levantamento, todas as informações colhidas dos serviços identificados foram registradas, sendo catalogados os nomes dos serviços, endereço, horário de atendimento, distrito sanitário, ano

de inauguração, nível de atenção, serviços ofertados, formas de acesso ao atendimento e por último o gestor responsável sendo essas informações registradas em dois quadros.

Resultados

Após o levantamento, identificamos a ocorrência da informação em 31 sites disponíveis na internet que oferecem informações sobre os serviços de saúde no Recife voltados para a população LGBTQI+.

No que se refere a rede assistencial de saúde, identifica-se que o Hospital das Clínicas foi o pioneiro iniciando as suas atividades em 2014 . Atualmente, o município possui em seu território um total de 05 serviços disponíveis, sendo dois serviços localizado no DSIV seguido pelo DSI, DSII e DSV que alocam um serviço cada. Observa-se no entanto, ausência de serviços nos DSI, III, VII e VIII. No que se refere ao horário de atendimento, o horário vespertino acontece em todos os serviços, porém, identificamos que apenas em um (Clínica do Homem) o serviço se estende até o horário noturno (13:30 às 21:00). (Quadro 1.)

Quando analisamos a gestão, percebemos que de acordo com o quadro 2, observa-se que quase todos os serviços públicos são de gestão de ente federado, estando a Prefeitura do Recife responsável por dois serviços e o governo federal e Estadual por um serviço cada. Ressalta-se que a oferta de serviços da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado aparecem de forma semelhantes quanto ao atendimento ambulatorial, no entanto, a terapia hormonal só está disponível em dois serviços de gestão municipal (Lessa de Andrade e Hospital da Mulher) e no Hospital das Clínicas de Pernambuco, de gestão federal e que também assume o único serviço de alta complexidade com realização de cirurgia ressignação sexual.

Quadro 1.

Serviços de atendimento à população LGBTQIA+ com seus respectivos endereços, telefones e e-mails eletrônicos para contato, distribuição nos distritos sanitários do Recife, horário de atendimento e ano de inauguração.

Nome do Local	Endereço/Telefone/ e-mail	Distrito Sanitário (DS)	Horário de Atendimento	Ano de inauguração
Clínica do Homem	Rua Oswaldo Cruz, 342 – Soledade (81) 3877 6680 ahfbrazil@aidshealth.org	DS I	13:30 às 21:00	2018
Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM)	Rua Visconde de Mamanguape, s/n – Encruzilhada (81) 3182-7717 ou 0800-081-1108 E-mail não disponibilizado em sites	DS II	08:00 às 17:00	2016
Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Av. Prof. Moraes Rego 1234 – Cidade Universitária (81) 2126-3587 ou (81) 2126-3583 E-mail: espacotranshcu_fpe@gmail.com	DS IV	08:00 às 17:00	2014
Ambulatório LBT – Hospital da Mulher	Rod BR-101 s/n – Curado (81) 2011-0100 E-mail: ouvidoria@hmr.org.br	DS IV	07:00 às 13:00	2016
Ambulatório LGBT Patrícia Gomes - Policlínica Lessa de Andrade	Estrada dos Remédios, 2416 – Madalena. Não foram encontradas informações de contato em sites do governo.	DS V	13:00 às 17:00	2017

Fonte: sites internet

Quadro 2. Serviços de Atendimento à população LGBTQIA+ situados na cidade do com seus respectivos níveis de atenção, serviços ofertados, formas de acesso e gestores responsáveis.

Nome do Local	Nível de atenção	Serviços ofertados	Forma de acesso	Gestor responsável
Clínica do Homem	Atenção primária	Testagem para HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C. Coleta de material para exames sorológicos: VDRL/FTABS. Roda de conversa sobre prevenção as IST e HIV/Aids. Consultas, exames e medicamentos gratuitos. Acolhimento, aconselhamento, encaminhamento para serviços de referência. Ambulatório multidisciplinar	Estadual	ONG.
Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM)	Atenção secundária	Atendimento ambulatorial com equipe multidisciplinar Hormonioterapia	Municipal	Secretaria de Ciência, Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC)
Ambulatório LGBT Patrícia Gomes da Policlínica Lessa de Andrade	Atenção secundária	Atendimento ambulatorial com equipe multidisciplinar.	Municipal	Secretaria de Saúde do Recife
Ambulatório LBT – Hospital da Mulher	Atenção secundária	Atendimento ambulatorial Hormonioterapia	Estadual	Secretaria de Saúde do Recife
Hospital das Clínicas (HC) Espaço de acolhimento e cuidado Trans	Atenção terciária	Procedimento cirúrgico de resignação sexual. Hormonioterapia	Estadual	Universidade Federal de Pernambuco

Fonte: sites internet

Discussão

No Brasil, Pernambuco foi o primeiro estado a inserir a política de saúde LGBT dentro da secretaria estadual de saúde²⁰, é também o maior estado que conta com o maior número de ambulatórios voltados para a saúde, cuidado e acolhimento LGBT espalhados por diversas cidades, todos habilitados pelo Ministério²¹.

A lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 garante as ações e serviços de saúde em todo o território nacional, dispondo de condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde assim como o funcionamento de serviços correspondentes voltados a saúde do cidadão Brasileiro²². Muito embora o município seja responsável direto pela atenção primária, através das Equipes de Saúde da Família, e Recife tenha uma cobertura de atenção básica em mais de 70% do seu território, não identificamos, através de busca na internet, nenhuma informação a respeito de atendimento específico para a população LGBTQIA+ nos Programa de Saúde da Família do Recife. Esse dado é relevante uma vez que a atenção primária, é a porta de entrada no sistema de saúde através da qual toda a população deveria ter acesso aos demais serviços da rede²³.

Dessa forma, observa-se, fragilidade na informação para o acesso à atenção primária pela população LGBTQIA+, trazendo assim obstáculos a saúde desses cidadãos. Esse distanciamento se dá provavelmente não só pela falta de comunicação mas também por experiência anterior e/ou medo da discriminação, preconceito, falta de sigilo e ofensas verbais, levando essa população ao hospital apenas em questões urgentes²⁴⁻²⁵. Outros estudos são necessários para se entender melhor este comportamento. Importante ressaltar a importância da qualificação dos profissionais que atuam na atenção básica, para atender as demandas e necessidades específicas da população LGBTQIA+ bem como estratégias que atraiam e acolham essa população para estes serviços, uma vez que o Sistema Único de Saúde garante os princípios de universalidade, equidade e integridade no acesso à saúde da população LGBTQIA+, já que a saúde é um direito de todos e dever do estado²⁶. Não por outro motivo, o Ambulatório Patricia Gomes recebe este nome em homenagem a uma transativista que fez parte da equipe de fundadoras da Amotrans-PE (movimento defensor da população LGBT) atuando como defensora dos direitos e da cidadania das mulheres trans²⁷.

A política Nacional de Saúde Integral de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) só foi implantada no ano de 2009, tensionada pelas forças da sociedade civil organizada que passou a cobrar os seus direitos de cidadania garantidos pela constituição. Embora ainda hoje a Política nacional apresenta grandes lacunas na sua implementação. Este movimento provocou o início de serviços para atender o público LGBTQIA+²⁸.

Atualmente existem cinco serviços especializados voltados para a população LGBTQIA+ situados no Recife. Identifica-se a inserção da Secretaria de Saúde Municipal nesta rede com a publicação da Política Municipal para a população LGBTQIA+ em 2014 que culminou com a inauguração do Ambulatório LGBTQIA+ do Hospital da Mulher em 2016 e posteriormente, em 2017, com o Ambulatório LGBT Patrícia Gomes na Policlínica Lessa de Andrade. Observa-se que embora o município não disponibilize ainda um serviço por DS (Quadro 1), o que facilitaria o acesso dos usuários ao serviço, admite-se a importante implantação destes dois serviços à rede municipal, uma vez que estes disponibilizam serviços de equipe multidisciplinar capacitada, com acesso ao tratamento hormonal, exames de prevenção citopatológico, testes rápidos, serviços laboratoriais, medicamentos gratuitos, entre outros. (Quadro 2) Este acesso ao tratamento hormonal com disponibilização dos medicamentos e acompanhamento médico adequado é de suma importância uma vez que tomada a decisão de iniciar o uso de hormônio e sem acesso ao serviço, o usuário tende a fazer a terapia hormonal através de automedicação o que pode levar a consequências sérias para a saúde^{29,30}.

A inclusão dos serviços especializados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde deu mais lógica a rede assistencial no município, uma vez que até aquele momento, o Estado não dispunha de nenhum serviço, tendo o serviço do CISAM inaugurado também em 2016 e que apenas a esfera Federal disponibilizava atendimento naquele momento. (Quadro 1) O HC possui ambulatório específico para a população LGBTQIA+, inclusive com tratamento hormonal e realização da cirurgia de redesignação de sexual³¹. Importante ressaltar, que embora os serviços do CISAM e do HC estejam em território recifense, atendem a população de outros municípios, o que também acontece com os serviços da secretaria municipal de saúde do Recife, como forma de facilitar acesso. (Quadro 2) O Centro Municipal de Referência em Cidadania(CMRC) LGBT, foi o primeiro ambulatório municipal especializado na cidade do Recife e um dos principais ambulatórios que presta atendimento e acolhimento destinado ao público LGBT, localizado no DSI.

Consideramos que a busca na internet é limitada, pois, as informações de comunicação do usuário para com o serviço muitas vezes encontram-se distintas, havendo no entanto, divergências em relação aos horários de atendimento e telefones de contato. Nem todos os serviços oferecem a população o e-mail eletrônico, via busca na internet. A busca pela localização do serviço é igual em todos os sites presentes no estudo. Apesar de limitadas informações, a coleta de dados para a pesquisa foi realizada com êxito.

Conclusão

Atualmente existe uma rede pequena voltada para a população LGBTQIA+ na cidade do Recife, sendo possível identificar na busca aos serviços sua localização, endereço e telefone para contato através de sites de busca na internet. No entanto, a divulgação de serviços ainda é escassa e o acesso é limitado e com poucas informações, havendo divergências de horários e de informações sobre os serviços prestados em diferentes sites. Não foi localizada durante a pesquisa informações a respeito do acolhimento ou participação da unidade de saúde da família (USF) oferecendo serviços direcionados a população LGBT. É factua a necessidade de divulgação dos serviços, além da internet, via televisores e rádios para divulgação dos serviços prestados ao público LGBT facilitando a busca bem como aumentando a procura por estes serviços e evitando deslocamentos desnecessários por parte dos usuários. A falta de compartilhamento de informações é um problema existente na sociedade e não deve ser ignorado. Mediante o presente estudo, recomendamos que novas pesquisas sejam feitas, visando a importância da ampliação dos serviços de saúde voltados a população LGBTQIA+, assim como, o aumento de ambulatórios para assistir melhor esse publico. Os resultados serão disponibilizados para a gestão municipal.

Referências bibliográficas

1. Ministério da saúde. Cadernos de Atenção básica: saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília-Df, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf Acesso em: 13 de abril de 2021.
2. Nogueira IS; Rodrigues DMMR; Labegalini CMG; et al. A percepção e formação dos acadêmicos de enfermagem acerca da sexualidade humana. Rev Fund Care Online. 2017 jul/set; 9(3):614-619. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.614-619>
3. Procon SP. Diversidade Sexual. São Paulo, 29 de Novembro de 2017. Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/diversidade-sexual/> Acesso em 18 de abril de 2021.
4. Brasil Escola. 2021. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm> Acesso em: 29 de Abril de 2021.
5. Guilherme Engelman Bortoletto. LGBTQIA+: Identidade e alteridade na comunidade. Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf Acesso em: 01 de Maio de 2021.
6. Faculdades Integradas Vianna Júnior. Direitos e Conquistas: A luta pela igualdade no mercado de trabalho. Jornal eletrônico. 2018. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/jornal2018/Art-6-Mulher-e-o-mercado-de-trabalho.pdf> Acesso em: 19 de Abril de 2021.
7. O direito e o acesso à saúde de gays e homens que fazem sexo com homens: um olhar sobre o VIII Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e Aids e I Congresso Brasileiro das Hepatites

Virais. São Paulo. Disponível em: <<http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/v13n2/v13n2a05.pdf>>
Acesso em: 25 de Abril de 2021.

8. Programa Estadual de Direitos Humanos DECRETO Nº 21.670, DE 27 DE AGOSTO DE 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pedh_pe.pdf> Acesso em: 30 de Abril de 2021.

9. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília-DF. 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>
Acessado em 16 de Abril de 2021.

10. Veja Saúde. História da AIDS. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/bem-estar/historia-da-aids/#:~:text=Os%20jornais%20da%20%C3%A9poca%20chamavam%20a%20doen%C3%A7a%20de%20peste%20gay.&text=Ap%C3%B3s%20disputas%20entre%20franceses%20e,para%20diagnostic%C3%A1%20Dlo%20%C3%A9%20desenvolvido.>>> Acesso em: 25 de Abril de 2021.

11. Ministério da saúde. Manual do multiplicador homossexual. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_09.pdf> Acesso em 03 de Maio de 2021.

12. Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia. 2014. Disponível em:
<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em 18 de Abril de 2021.

13. VI Congresso nacional de educação. Menino veste azul e menina veste rosa? A relevância do debate sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID_9617_28092019192137.pdf> Acesso em 22 de Abril de 2021.

14. Presidência da República. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional.> Acesso em 16 de Abril de 2021.
15. Presidência da República. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm> Acesso em 01 de Maio de 2021.
16. Scielo. **O acesso ao Sistema Único de Saúde na percepção de homossexuais masculinos**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v73n2/pt_0034-7167-reben-73-02-e20180688.pdf> Acesso em: 19 de Abril de 2021. .
17. Braga IF, Oliveira WA, Silva JL, Mello FCM, Silva MAI. Family violence against gay and lesbian adolescents and young people: a qualitative study. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(Suppl 3):1220-7. [Thematic Issue: Health of woman and child] DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0307>
18. Jornal da UNICAMP. Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>> Acesso em: 05 de Maio de 2021.
19. Revista de Enfermagem UFPE On Line. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/243211/34303>> Acesso em 16 de Abril de 2021.

20. Secretaria Estadual de Saúde. Política Estadual de Saúde Integral LGBT. 2015. Disponível em:

<http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/versao_completa_politica_lbgt_pe_saude.pdf> Acesso em: 24 de Abril de 2021.

21. Secretária Estadual de Saúde. 2019. Disponível em:

<<http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretaria-executiva-de-atencao-saude/saude-lgbt-pe-participa-de-curso-de-simulacao-no>> Acesso: 15 de Abril de 2021. <

22. Presidência da República. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 6 de Maio de 2021.

23. Scielo. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v23n4/pt_1414-8145-ean-23-04-e20190162.pdf> aAcesso em: 17 de Abril de 2021.

24. Universidade Federal do Ceará. Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família . Ceará. 2018. Disponível em:

<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34453>> Acesso em: 25 de Abril de 2021. <

25. Brazilian Journal of Health Review. Os desafios no acesso à saúde da comunidade de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais no Brasil: uma revisão integrativa. 2020.

Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/13391>> Acesso em: 04 de Maio de 2021.

26. Presidência da República. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 03 de Maio de 2021.

27. Prefeitura do Recife. PCR inaugura ambulatório LGBT na policlínica Lessa de Andrade. Recife. 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/11/2017/pcr-inaugura-ambulatorio-lgbt-na-policlinica-lessa-de-andrade>> Acesso em: 28 de Abril de 2021.

28. Ministério da saúde. Política Nacional de Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília-DF. 2010. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/politicanacional_saudeintegral_lgbt.pdf> Acesso em: 30 de Abril de 2021. D

29. Antonela Endocrinologia. Transexualidade: Definições e esclarecimentos. São Paulo. 2021. Disponível em: <<https://www.antonelaendocrino.com.br/hormonizacao-de-transgeneros/>> Acesso em 02 de Maio de 2021.

30. Revista Latino Americana. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sess/n23/1984-6487-sess-23-00162.pdf>> Acesso em: 19 de Abril de 2021.

31. Universidade Federal do Sul da Bahia. Cartilha Nacional de Serviços Públicos de saúde para a pessoa Trans. Itabuna. 2021. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/proaf/images/SEPSE/documentos/Cartilha_Nacional_de_Servi%C3%A7os_P%C3%BAblicos_de_Sa%C3%BAde_para_a_pessoa_trans.pdf> Acesso em 04 de Abril de 2021.